

CAMINHOS DE FUTURO

NOVOS MAPAS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



18 > 21 Junho 2008

* Colóquio Internacional

Teatro Académico Gil Vicente
Auditório da Faculdade Direito
Auditório da Reitoria Universidade de Coimbra

SESSÃO VI. Governação e dinâmicas sociais contemporâneas: um mundo de diversidades ou de homogeneidades?

20 de Junho, 16h30-18h30

A teoria social contemporânea - da economia à sociologia - comporta tensões importantes que se reflectem de maneira significativa no modo como se encara a organização social, económica e política. A paradigmas assentes no primado dos princípios da globalização - que vêem nas mobilidades e na racionalidade dos actores não-territorializados o essencial do poder de condução das sociedades - contrapõem-se outras perspectivas, que sublinham a variedade das configurações que formam o mundo. Trata-se, no fundo, de discutir se prevalece um princípio de convergência dos sistemas sociais, perante o qual as diferenciações são factos marginais, transitórios e apenas funcionais em relação à "sede" dominante, ou se, pelo contrário, há lugar para lógicas de estruturação colectivas e para modos diferenciados de governação.

Para além deste debate, resta ainda saber se os actores - a pluralidade dos actores relevantes - desenvolvem estratégias intencionais com as quais procurem assegurar o domínio dos contextos em que agem, ou se essa capacidade lhes está vedada, porque pertence a um núcleo reduzido e autoritário. Se se privilegia a primeira hipótese, dá-se valor à consolidação de formas institucionais que consagram a diferença e a variedade. Se isso não acontece, torna-se relativamente indiferente considerar os fenómenos específicos, porque eles não são sustentáveis.

A forma como se encara o capitalismo contemporâneo exemplifica este problema. Em alguns casos, limita-se esta forma histórica de organização social à faceta que se designa, correntemente, de neoliberal. Noutros, interessa compreender o capitalismo não liberal e aquele que desenvolveu mecanismos de coordenação robustos, para além do mercado. Surge, então, a noção de governação - pouco nobre para as primeiras perspectivas - e o estudo das instituições torna-se central. É também nesta linha que se pode debater se a evolução e as dinâmicas sociais resultam de soluções sociais laboriosas e diferenciadas, construídas em territórios concretos, do local ao regional, ao nacional e aos processos de integração, ou se, pelo contrário, se deve privilegiar alternativas da mesma escala transnacional e assentes em princípios comparáveis aos do capitalismo neoliberal.

Bruno Amable | *A Agenda de Lisboa: o fim do(s) modelo(s) europeus de capitalismo?*

Na Cimeira Europeia de Lisboa em 2000, fixou-se o objectivo de, até 2010, tornar a União Europeia na economia assente no conhecimento mais competitiva do mundo. Na raiz do processo de Lisboa está a percepção de que a Europa tem dificuldades para enfrentar os maiores desafios do início do novo milénio: globalização, envelhecimento e transformações tecnológicas. Os problemas com que a Europa se defronta na concretização do objectivo fixado para 2010 são geralmente atribuídos à existência de instituições ultrapassadas que impediriam a transição para uma nova era do capitalismo: protecção no emprego, regulamentos de concorrência, ou até a protecção social. O diagnóstico é de que o modelo europeu não conseguirá estar à altura deste desafio se não for "renovado". A Agenda de Lisboa estabeleceu uma série de reformas estruturais, com vista a impulsionar o crescimento e a inovação. Esta comunicação irá analisar criticamente esta Agenda. Com base na moldura teórica e nos resultados

empíricos propostos em Amable [2003], defenderei a tese de que a Agenda de Lisboa, em si mesma, não define um modelo “coerente” de capitalismo¹; a Agenda acompanhou e reforçou um processo pré-existente de transformação institucional que conduzirá, provavelmente, os países europeus a um tipo de capitalismo que será novo para a maioria deles. Este processo levará tempo e, com toda a probabilidade, confrontar-se-á com uma oposição política e social substancial pelo caminho. Apesar de o objectivo da Agenda de Lisboa ser “renovar” o modelo europeu de capitalismo, parece que o processo de renovação alterará tantas características institucionais importantes que levará a um modelo completamente diferente.

José Reis | *Os mapas da diversidade: para além da globalização e da “redução” do mundo*

Nesta apresentação discutir-se-á, numa perspectiva crítica, aquilo que se considera ser a “deriva” funcionalista das ciências sociais contemporâneas. O lugar central dado ao fenómeno da globalização levou a que, em vez de se procurar situá-lo e delimitá-lo, se fizesse das hipóteses subjacentes um uso generalizado para a análise totalidades dos fenómenos sociais. Emergiu, assim, um paradigma “globalista” de interpretação do social, do político e do económico que ultrapassou largamente a matéria que a globalização comporta, enquanto fenómeno contemporâneo. Parece, pois, que a visão uniformizadora, assente num único princípio de racionalidade e de acção, que a economia desempenhou longamente no quadro das ciências sociais é agora também disputada por outras disciplinas, designadamente a sociologia.

O que se propõe nesta comunicação é reintroduzir noções que devolvam aos processos colectivos, aos actores, às estruturas sociais e territoriais ou às instituições uma natureza não exclusivamente sobredeterminada por princípios de acção que lhes são exteriores, mas também baseada na capacidade de determinação e de estruturação social que eles próprios possuem. Inventariar-se-ão as “tensões” que podem reconstituir a complexidade e a variedade das dinâmicas sociais e mostrar-se-á que o conceito de governação deriva justamente destas características, isto é, da existência de ordens relacionais plurais e diversas que implicam coordenação. Defender-se-á, finalmente, que a variedade é um desafio estimulante para as ciências sociais contemporâneas e para a renovação das perspectivas críticas.

Sobre os Participantes

Moderadora:

Maria Manuel Leitão Marques é Professora Catedrática da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, especialista em Direito Económico e Investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde coordenava o Observatório do Endividamento dos Consumidores. É actualmente Secretária de Estado da Administração Pública. As suas áreas de interesse são o direito da concorrência, direito do consumo e endividamento e sociologia da administração da justiça. Publicou, entre outros, *Um Curso de Direito da Concorrência*, Coimbra: Coimbra Editora (2002)

Conferencistas:

Bruno Amable é Professor de Economia na Université Paris I Panthéon-Sorbonne e Investigador no CEPREMAP - Centre pour la Recherche Economique et ses Applications. Tem desenvolvido a sua investigação sobre uma teoria das instituições e do capitalismo comparativo, tendo a sua análise das diversidades do capitalismo sido particularmente marcante. Mais recentemente, num dos seus últimos livros, analisa de uma perspectiva neorealista da mudança institucional a ameaça do retorno do ‘moral’ sobre a economia política, em *L'économie politique n'est pas une science morale* (com Stefano Palombarini), Raisons d'Agir, Paris, 2005.

José Reis é Professor Catedrático da Faculdade de Economia e Investigador no Centro de Estudos Sociais. Os seus temas de investigação em economia compreendem três áreas principais: economia dos territórios, institucionalismo, Estado e governação e economia portuguesa. *Economia Impura*, Edições Almedina, 2007, é a sua mais recente publicação

Comentadores:

António Manuel Figueiredo é Professor Auxiliar Convidado do Grupo de Economia da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Presidente do Conselho de Administração da Quaternaire Portugal. As suas áreas de interesse são o crescimento e desenvolvimento económico, a inovação, o planeamento

¹ Sobre a noção de “coerência”, ver Amable et al. [2005].

estratégico territorial e urbano, e a avaliação de políticas públicas. Entre outras publicações é autor de *National Urban System: Medium Sized Cities and Territorial Dynamics*, DGOTDU, 2002.

José António Bandeirinha é Professor Associado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitectura, e Investigador do Centro de Estudos Sociais. É actualmente Pró-Reitor para a Cultura da Universidade de Coimbra. As suas áreas de interesse incluem as políticas urbanas e as políticas ambientais. É autor, entre outros, de *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.